

Taxas de juros ao consumidor podem levar ao superendividamento, diz SPC Brasil

Com taxas acima de 414% ao ano no rotativo do cartão de crédito, uma dívida de mil reais pode passar para 24 mil em dois anos

Um dos principais pontos que o consumidor deve se atentar na hora de obter crédito é a taxa de juros oferecida pela instituição financeira quando recorrer a empréstimos, financiamentos ou cartão de crédito. Com a grande variedade de produtos financeiros, é comum não saber a taxa utilizada e até mesmo piorar a própria situação financeira devido a um descontrole no planejamento.

As taxas mais altas do mercado, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil, são as do cartão de crédito rotativo e do cheque especial. Porém, os empréstimos pessoais também possuem um alto custo para o consumidor.

Assim, a economista-chefe do Serviço de Proteção ao Crédito, Marcela Kawauti, afirma que fazer um planejamento é uma das melhores saídas para evitar o endividamento. “Contrair dívidas não é aconselhável, já que parte da renda fica comprometida por um longo tempo. Porém, muitas vezes é a única saída para a aquisição de um bem importante, para o pagamento de contas essenciais ou para um momento de urgência. Neste caso, conhecer as diferentes taxas de juros ajuda a minimizar o comprometimento da renda.”

Cartão de crédito rotativo: 414% ao ano

Atualmente, os juros praticados no rotativo do cartão, cobrado quando a fatura é atrasada ou quando pagamos o mínimo, estão em **414,3% ao ano**, de acordo com as médias de taxas de juros divulgadas pelo Banco Central. Para 74% dos brasileiros com contas em atraso, é essa modalidade de crédito a culpada por gerar a inadimplência, de acordo com uma pesquisa do SPC Brasil.

“Isso quer dizer que o consumidor que estiver com **uma dívida de mil reais pendente agora, em um ano esse valor será de quase cinco mil reais; em dois anos, a dívida subirá para R\$ 24 mil, e em três anos será 100 vezes maior do que a dívida inicial: aproximadamente R\$ 120 mil**”, analisa Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil.

Cheque especial

Tão preocupante quanto o cartão de crédito são as taxas praticadas no uso do cheque especial: **263,7% ao ano**. Na pesquisa do SPC Brasil, o cheque especial também é destaque: entre os consumidores inadimplentes que possuem esta dívida, 67% atribuem a ele o fato de terem ficado com o nome sujo.

Para Kawauti, muitas vezes ter o valor à disposição faz o consumidor acreditar que aquele dinheiro é dele. “O cheque especial deve ser usado somente em casos de emergência e com planejamento, mas se não houver cuidado, é comum não conseguir sair da bola de neve que uma dívida inicial vai gerando”, afirma a economista. No mesmo exemplo, **uma dívida de mil reais hoje subirá para mais de três mil em um ano, e para cerca de 12 mil em dois anos**.

Empréstimo pessoal pode ser uma boa opção

Outra opção de crédito muito utilizada e que merece atenção é o empréstimo pessoal. A taxa é menor que a do cartão de crédito e do cheque especial, de **118,3% ao ano**, mas ainda assim é alta.

“No momento de crise econômica que o Brasil está passando, a renda real do brasileiro está caindo, principalmente por conta da alta da inflação e da piora do emprego”, afirma Kawauti. “Não é o momento de contrair um empréstimo bancário sem saber se, de fato, conseguirá pagar.” A pesquisa do SPC Brasil mostra que sete em cada dez (76%) consumidores inadimplentes que tomaram empréstimos em bancos e financeiras disseram estar com o nome sujo por causa de atrasos no pagamento dessas dívidas.

Ainda assim, a economista diz que o empréstimo pode sim ser uma boa saída para fazer uma transferência de dívidas: “Caso o consumidor esteja com um alto valor pendente no rotativo do cartão ou do cheque especial e não tenha como pagar, vale orçar um empréstimo com o banco para cobrir essa dívida e pagar juros bem menores, com parcelas que cabem no bolso. Nessa hora, o planejamento é essencial”.

Há também a possibilidade do **empréstimo consignado**. Nesse caso, a taxa diminui para **27,6% ao ano**. “Essa grande diferença de taxa entre os vários tipos de empréstimo acontece devido à segurança que o banco tem na hora do consumidor pagar a dívida. Como no consignado uma parte sai direto do salário, o retorno é mais seguro para o banco do que uma parcela de um empréstimo pessoal não consignado que o devedor pode deixar de pagar” explica.



Para mais informações sobre outras taxas de juros e simulações financeiras acesse: www.meubolsofeliz.com.br

Sobre o SPC Brasil:

O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) é o maior banco de informações sobre pessoas físicas e jurídicas da América Latina, tendo acesso a dados de mais de um milhão de empresas de todos os segmentos da economia e dos residentes nas 27 unidades federativas. www.spcbrasil.org.br

Informações à imprensa:

Renan Miret

(11) 3254 8810 | (11) 9 7215 6303

renan.miret@inpresspni.com.br

Vinícius Bruno

(11) 3251 2035 | (11) 9 7142 0742

vinicius.bruno@spcbrasil.org.br

Carolina Laert

(61) 3049-9565 | (61) 8299 3339

carolina.laert@inpresspni.com.br